



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019
PROTOCOLO Nº 103/2019

OBJETO	Contratação de pessoa jurídica ou física, para elaborar projeto de Reforma Interna da Câmara Municipal de Jataí
---------------	---

FUNDAMENTO LEGAL	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.
-------------------------	--

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	339036/06 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física/Serviços Técnicos Profissionais 339039/05 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica/Serviços Técnicos Profissionais
-----------------------------	--



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Jataí, 14 de fevereiro de 2019

Requerimento 006/2019/Secretaria-Geral

À Presidência,

Através do presente requerimento, solicitamos da presidência, a contratação de empresa ou Pessoa Física, para elaboração dos projetos executivos completos, com memoriais descritivos, especificações técnicas e planilha de materiais (custos) visando a reforma e ampliação do pavimento superior da Câmara Municipal de Jataí, (ampliação dos gabinetes dos vereadores, sala de áudio e vídeo, procuradoria, sala de reunião e copa ao lado do plenário), troca do telhado, visto que a cada ano aumentam as infiltrações e vazamentos, pois o telhado é muito antigo e não encontra no mercado telhas semelhantes para substituí-las, daí a necessidade urgente da troca.

Os projetos deverão ser elaborados visando o processo licitatório para posterior execução, devendo, portanto, seguir todas as recomendações da Lei de Licitações, de nº 8.666/93.

OBSERVAÇÕES

Todas as medidas e dimensões e detalhamentos do Memorial Descritivo são de inteira responsabilidade da Contratada, cabendo a ela proceder todas as medições necessárias para a realização dos serviços e ou das obras

Esta reforma é de suma importância para tornar o ambiente mais seguro, acessível e funcional para servidores e agentes públicos que ali trabalham, para visitantes e outras pessoas que frequentam a Câmara Municipal de Jataí.

Atenciosamente,



Marcos Henrique Martins
Secretário Geral



CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Seção de Protocolo



Processo....:

103 / 2019

Interessado: COMPRAS

Assunto.....: REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE LICITAÇÃO.

Observação.: SOLICITAÇÃO DO SECRETÁRIO GERAL P/ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA P/ ELBORAR UM PROJETO DE REFORMA INTERNA DA CÂMARA NO PAVIMENTO SUPERIOR.

Valor.....: 0,00

Data Doc...:

Nº Doc.....:

Autuação...: 14/02/2019

Autuado Por: KEYNER PEREIRA MARTINS



I. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos necessários para reforma do pavimento superior da Câmara.

II. PROGRAMA DE NECESSIDADES:

O piso superior possui aproximadamente 885 m²; com 4 banheiros; um plenário; 10 gabinetes de vereadores; sala da Procuradoria e Departamento Legislativo; sala da Presidência, com recepção e sala anexa; sala do Departamento Histórico; sala de monitoramento e sala da Telefonista.

As necessidades são:

1. Ampliação dos 10 gabinetes dos vereadores com a utilização dos espaços das salas da Procuradoria, do Departamento Legislativo e do Departamento Histórico.

1.1. O tamanho e aparência dos gabinetes devem ser uniformes, contando com uma recepção para 2 assessores, com vista para o corredor central, com divisória no corredor em vidro temperado e sala para o(a) vereador(a) e mais 2 assessores.

1.1.1. A sala do vereador deve ter as divisórias em gesso acartonado com isolamento acústico, de forma a possibilitar a completa privacidade dos edis.

2. Todas as salas do corredor central devem ter divisórias frontais em vidro temperado.

3. Troca de todo o piso, com exceção da sala da Presidência.

4. Construção de sala para reuniões anexa ao Plenário, de gesso acartonado com isolamento acústico.

5. Reforma da copa, sala de áudio e da Procuradoria, anexas ao Plenário.

6. Troca das telhas.

7. Reforma das instalações elétricas, distribuição das tomadas etc - Projeto Luminotécnico.

III. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A contratada deverá:

1. Elaborar o estudo preliminar ou Anteprojeto.

2. Elaborar o Projeto Básico para licitação da Reforma do pavimento superior da Câmara, conforme necessidades supracitadas, que atenda as seguintes exigências:

a) Possuir os elementos necessários e suficientes para definir e caracterizar o objeto a ser contratado (reforma do pavimento superior da Câmara);



- b) Ter nível de precisão adequado;
 - c) Ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica do empreendimento;
 - d) Possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos executivos e do prazo de execução;
 - e) A identificação clara de todos os elementos constitutivos do empreendimento;
 - f) As soluções técnicas globais e localizadas;
 - g) A identificação e especificações de todos os serviços, materiais e equipamentos a incorporar à obra - Especificações Técnicas;
 - h) Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, cujos valores deverão ser obtidos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO; ou da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP;
 - i) Designação do responsável técnico com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA estadual, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo estadual (CAU), que efetuará o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRTs), respectivamente, referentes aos projetos, bem como, deverá assessorar a Pregoeira e equipe de apoio no julgamento das propostas da licitação;
 - j) Cronograma físico-financeiro;
3. Elaborar o Projeto Executivo da obra.
4. Prestar assistência técnica no julgamento das propostas apresentadas no certame.

IV. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os projetos para reforma e ampliação, deverão ser desenvolvidos de forma que guardem sintonia entre si e tenham consistência material

Os projetos devem ser elaborados de acordo com as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em conformidade com as normas técnicas devidas.

O responsável pela autoria dos projetos deve providenciar o alvará de construção e suas aprovações pelos órgãos competentes.

V. DO PRAZO



A Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do objeto, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período.

Jataí, 07 de março de 2019.

Secretário Geral
Marcos Henrique Martins

Marcos Henrique Martins
Secretário Geral

PROJETO PARA REFORMA DA CÂMARA - Piso superior e troca do telhado						
ESTIMATIVA DE CUSTO						
ÍTEM	Projeto p/ Reforma da Câmara	Quant	EMPRESAS			Valor total
			Angular Arquitetura	Studio Maia Arquitetura e Engenharia	Cristiane Raimann Arquitetura	
			Fone - 64-9 9936.4015(Brigida)	Fone - 64-9 9655.9340 (Kelson)	Fone - 64-9 8409.8602 (Cristiane)	estimado
1	PROJETO PARA REFORMA DA CÂMARA (Piso superior e troca do telhado)	Unid 1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 16.827,00	R\$ 15.609,00
Total Estimado:						R\$ 15.609,00

Jataí, 19 de fevereiro de 2019


Dirlene L. de Oliveira Freire
Chefe do Deptº de Compras



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Memorando nº. 007, de 20 de fevereiro de 2019.

Do: Departamento de Licitações
Para: Contabilidade/Tesouraria

Sirvo-me do presente para solicitar a expedição de certidão com dotação e reserva de saldo orçamentário, para contratação de pessoa física ou jurídica para elaborar projeto de reforma interna da Câmara Municipal de Jataí, no valor médio estimado de R\$ 15.609,00(quinze mil, seiscentos e nove reais), desde já agradecemos.

Atenciosamente


Juliana Paula Chaves Furquim
Chefe de Licitações

Recebido em: 20/02/19 horas: _____

Assinatura: Emília A. Jansen



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário nas seguintes dotações, para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí:

- 339036 / 06 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física / Serviços Técnicos Profissionais
- 339039 / 05 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Serviços Técnicos Profissionais

CERTIFICAMOS ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) em ambas dotações.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 20 de fevereiro de 2019.


Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



Câmara Municipal de Jataí

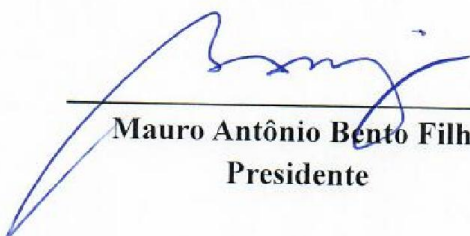
O Poder Que Vem do Povo

DESPACHO

Em atendimento à solicitação oriunda da Secretaria-Geral, desta Câmara Municipal, no sentido de suprir as necessidades de contratação de uma empresa, para elaborar o projeto da reforma interna do prédio, considerando essa a medida mais conveniente para o momento, **AUTORIZO** a realização da dispensa de licitação de acordo com a Lei 8.666/93, art. 24, inciso II.

A chefe do departamento de compras para as providências de praxe.

Jataí-GO, 21 de fevereiro de 2019.



Mauro Antônio Bento Filho
Presidente



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

1

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Jurídico nº 008/2019

Protocolo nº 103/2019

Processo Administrativo nº 004/2019

Dispensa de licitação nº 002/2019

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços técnicos profissionais. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. **Adequação legal.**

RELATÓRIO

1. Cuida-se de análise pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí, da legalidade do procedimento administrativo nº 004/2019, que visa a contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos necessários para reforma do pavimento superior da Câmara, por Dispensa de Licitação em função do valor, com fundamentação no inciso II, do Art. 24, da Lei 8.666/93.

2. Constam nos autos, os seguintes documentos:

- I. Protocolo;
- II. Capa do processo
- III. Requerimento de autorização para instauração de procedimento administrativo, para contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos necessários para reforma do pavimento superior da Câmara, com sua justificativa, que pode ser assim resumida: a presente contratação objetiva proteger o erário municipal de eventuais sinistros com a frota de veículos do Poder Legislativo Municipal, resguardando-o contra danos materiais, corporais, invalidez, morte de passageiros, responsabilidade civil perante terceiros.
- IV. Autorização do Ordenador de Despesas da Câmara;
- V. 3 (três) orçamentos;
- VI. Mapa comparativo de preços apresentados nos orçamentos, elaborado pelo setor de Compras da Câmara, com valor médio estimado em R\$ 15.609,00 (quinze mil, seiscentos e nove reais);



VII. Certidão sobre a disponibilidade orçamentária;

ANÁLISE JURÍDICA

3. Inicialmente saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

4. O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

5. Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

6. Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

7. Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

8. O presente caso enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, II, da Lei das Licitações, *in verbis*:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

... omissis

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

9. Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea "a", referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:



"Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."

10. Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), razão pela qual a presente contratação é hipótese de dispensa de licitação.

11. Registre-se que a elaboração dos projetos técnicos competentes para realização da reforma do prédio do Câmara é considerado serviços técnicos profissionais, conforme Portaria do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional nº 448/2002, e certidão sobre disponibilidade financeira.

12. Todavia, não se pode descurar do correto procedimento para contratação direta.

CONCLUSÃO

13. Por todo o exposto, verifico o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida à hipótese excepcional de dispensa de licitação em virtude do valor - Art. 24, II, da lei 8.666/93, bem como a prática dos atos e procedimentos mínimos indispensáveis à contratação direta, estando apta juridicamente a contratação pretendida.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 07 de março de 2019.

Renata Silva Oliveira
Procuradora Jurídica

RENATA
SILVA
OLIVEIRA:607
24919104

Assinado de forma
digital por RENATA
SILVA
OLIVEIRA:60724919104
Dados: 2019.03.07
10:35:14 -03'00'



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

NOTA TÉCNICA Fase Interna Licitação

Processo: 004/2019

Dispensa de Licitação: 002/2019

Na análise dos atos essenciais do processo licitatório, modalidade que está fundamentada no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, por dispensar a Licitação em função do valor, observamos as comprovações das seguintes etapas do processo de dispensa, onde consta nos autos:

- Protocolo do processo nº 103/2019;
- Solicitação do Setor competente;
- Descrição técnica do objeto;
- Três orçamentos PJ válidos;
- Estimativas de preços (unitários e global);
- Declaração de existência e reserva de saldo orçamentário;
- Autorização do gestor para iniciar o processo de contratação;
- Parecer jurídico sobre o edital e seus anexos.

Após verificação realizada no processo licitatório que tem como objeto a contratação de empresa especializada em elaboração de projetos, necessários para a reforma do pavimento superior da Câmara Municipal de Jataí, levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data, a dotação orçamentária informada e o parecer jurídico exarado, atesto que os critérios legais foram cumpridos.

Jataí, 07 de março de 2019


Simone Roveda de Lima de Melo
Controladora Interna



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.585.851/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/08/2001
NOME EMPRESARIAL L T SISTEMAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTO ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.53-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 64.51-1-00 - Holdings de instituições financeiras 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 74.10-2-02 - Design de interiores			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R GUMERCINDO FERREIRA	NÚMERO 68	COMPLEMENTO QUADRA0016 LOTE 0008	
CEP 75.800-134	Bairro/DISTRITO VILA SANTA MARIA	MUNICÍPIO JATAI	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO *****		TELEFONE (64) 9221-3133	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 04.585.851/0001-02
 NOME EMPRESARIAL: L T SISTEMAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA
 CAPITAL SOCIAL: R\$ 100.000,00 (Com mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	TIAGO COELHO GONCALVES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador
Nome/Nome Empresarial:	ANDREA CARVALHO SANTOS
Qualificação:	22-Sócio

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTERIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO	
NOME ANDREA CARVALHO SANTOS	
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 3230437 SSP GO
	CNPJ 037.440.966-88
	DATA NASCIMENTO 01/06/1974
	FILIAÇÃO MANOEL LUCIO SANTOS EMILIA TEREZA CARVALHO SANTOS
PERMISSÃO ACC	
CAT. HAB. B	
Nº REGISTRO 00562473476	
VALIDADE 09/09/2019	
1ª HABILITAÇÃO 21/02/1995	
OBSERVAÇÕES	
	
ASSINATURA DO PORTADOR	
LOCAL GOIANIA, GO	DATA EMISSÃO 17/09/2014
	
ASSINATURA DO EMISSOR	
69930018916 GO104209224	
DETRAN GO (GOIAS)	

VÁLIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
998455215

PROIBIDO PLASTIFICAR
998455215

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAI

RUA ITARUMA N. 355, SETOR SANTA MARIA, JATAI/GO, 75.800-089
CNPJ: 01.165.729/0001-80 Fone/Fax: 6436328800
E-mail: FAZENDA@JATAI.GO.GOV.BR

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DE EMPRESA

CERTIDÃO NÚMERO: 2670/2019

Certificamos para os devidos fins que a Empresa a seguir identificado VERIFICOU NÃO CONSTAR DÉBITOS até a presente data.

DADOS DA EMPRESA

NOME

L T SISTEMA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

301358701

CPF/CNPJ

04.585.851/0001-02

SETOR

SETOR SANTA MARIA

ENDEREÇO

Rua GUMERCINDO FERREIRA, Lt., Qd., N:68 A, SALA 02

Ficam ressalvados os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAI, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Setor de cadastro e informações fiscais da Secretaria da fazenda da PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAI.

SEGURANÇA:

VALIDADE: Certidão válida por: 30 dias

EMITIDA: Terça-feira, 05 de Fevereiro de 2019

ENDEREÇO PARA VALIDAÇÃO: WWW.JATAI.GO.GOV.BR

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: QQBKIRX0

EMITIDA PELA INTERNET



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.585.851/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/08/2001
NOME EMPRESARIAL L T SISTEMAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 64.61-1-00 - Holdings de instituições financeiras 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 74.10-2-02 - Design de interiores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R GUMERCINDO FERREIRA	NÚMERO 68	COMPLEMENTO QUADRA0016 LOTE 0008
CEP 75.800-134	BAIRRO/DISTRITO VILA SANTA MARIA	MUNICÍPIO JATAI
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF GO
TELEFONE (64) 9221-3133		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **20/02/2019** às **14:58:58** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

- Doc de habilitação de arquiteta, engenheira



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: L T SISTEMAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPACOES LTDA
CNPJ: 04.585.851/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 23:49:07 do dia 24/02/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/08/2019.

Código de controle da certidão: **6F40.3B25.F45A.58B1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 21341808

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

CNPJ

04.585.851/0001-02

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao **VALIDA POR 60 DIAS**.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e **COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS**.

VALIDADOR: 5.555.475.535.860

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 20 FEVEREIRO DE 2019

HORA: 15:5:14:4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L T SISTEMAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPACOES LTDA
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.585.851/0001-02

Certidão nº: 168103487/2019

Expedição: 20/02/2019, às 15:03:55

Validade: 18/08/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L T SISTEMAS, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.585.851/0001-02**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Contrato nº 001/2019

Dispensa de Licitação nº 002/2019

Processo Administrativo nº 004/2019

Contratação de Pessoa Jurídica para elaborar Projetos Técnicos necessários para Reforma Interna (Piso Superior) e Troca das Telhas do Prédio da Câmara Municipal de Jataí, QUE ENTRE SI, CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ E A EMPRESA - L T SISTEMA E DESENVOLVIMENTO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento de contrato que entre si fazem o CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, GO, com sede nesta cidade na PRAÇA DA BANDEIRA, nº 96, CENTRO, JATAÍ, CEP: 75.800-020, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.24858805000139, neste ato representado por MAURO ANTÔNIO BENTO FILHO, CPF nº 826.095.861-91, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa L T SISTEMA E DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ nº 04.585.851/0001-02, doravante denominada CONTRATADA, situada no endereço: RUA GUMERCINDO FERREIRA, nº 68 – Quadra 0016, Lt.08 – Vila Santa Maria – CEP-75800-134, na cidade de Jataí-GO, têm entre si justo e avançado o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – o presente contrato é regido pelo Artigo 24, II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Dispensa de Licitação nº. 002/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL:

Constitui objeto do presente contrato a contratação de Pessoa Jurídica para elaborar Projetos Técnicos necessários para Reforma Interna (Piso Superior) e Troca das Telhas do Prédio da Câmara Municipal de Jataí, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VLR.UNITÁRIO	VLR.TOTAL
1	Elaborar Projetos Técnicos necessários para Reforma Interna (Piso Superior) e Troca das Telhas	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CLÁUSULA SEGUNDA – PROGRAMA DE NECESSIDADE:

O piso superior possui aproximadamente 885 m²; com 4 banheiros; um plenário; 10 gabinetes de vereadores; sala da Procuradoria e Departamento Legislativo; sala da Presidência, com recepção e sala anexa; sala do Departamento Histórico; sala de Monitoramento e sala da Telefonista.

NECESSIDADES DE REFORMA:

- 1 – Ampliação dos 10 gabinetes dos vereadores com a utilização dos espaços das salas da Procuradoria, do Departamento Legislativo e do Departamento Histórico.
 - 1.1 – O tamanho e aparência dos gabinetes devem ser Uniformes, contando com uma recepção para 2 assessores, com vista para o corredor central, com divisória no corredor em vidro temperado e sala para o(a) vereador(a) e mais 2 assessores.
 - 1.2 – A sala do vereador deve ter as divisórias em gesso acartonado com isolamento acústico, de forma a possibilitar a completa privacidade dos edis.
- 2 – Todas as salas do corredor central devem ter divisórias frontais em vidro temperado.
- 3 – Troca de todo o piso, com exceção da sala da Presidência.
- 4 – Construção de sala para reuniões anexa ao Plenário, de gesso acartonado com isolamento acústico.
- 5 – Reforma da copa, sala de áudio e da Procuradoria, anexas ao Plenário.
- 6 – Troca das telhas.
- 7 – Reforma das instalações elétricas, distribuição das tomadas etc – Projeto Luminotécnico.
- 8 – Forro em Gesso Acartonado.

CLÁUSULA TERCEIRA - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

- 1 – Elaborar o estudo preliminar ou Anteprojeto.
- 2 – Elaborar o Projeto Básico para licitação da Reforma do pavimento superior da Câmara, conforme necessidades supracitadas, que atenda as seguintes exigências:
 - a) Possuir os elementos necessários e suficientes para definir e caracterizar o objeto a ser contratado (reforma do pavimento superior da Câmara);
 - b) Ter nível de precisão adequado;
 - c) Ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica do empreendimento;
 - d) Possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos executivos e o prazo de execução;
 - e) A identidade clara de todos os elementos constitutivos do empreendimento;
 - f) As soluções técnicas globais e localizadas;
 - g) A identificação e especificações de todos os serviços, materiais e equipamentos a incorporar à obra – Especificações Técnicas;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

h) Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, cujos valores deverão ser obtidos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, do Sistema de Custos e Índices de Obras – SICRO; ou da Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP;

i) Designação do Responsável Técnico com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA estadual, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo estadual (CAU), que efetuará o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRTs), respectivamente, referentes aos projetos, bem como, deverá assessorar a Pregoeira e equipe de apoio no julgamento das propostas da licitação;

j) Cronograma físico-financeiro;

3 – Elaborar o Projeto Executivo da obra.

4 – Prestar assistência técnica no julgamento das propostas apresentadas no certame.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

O valor do contrato é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa do presente contrato correrá por conta da Dotação Orçamentária: 339039-05 (Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica – Serviços Técnicos Profissionais)

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

1 – O pagamento será efetuado 50% até o quinto dia da assinatura do contrato e 50% até o quinto dia da entrega do serviço objeto deste contrato;

2 – O pagamento será via cheque ou através de transferência na instituição bancária eleita pela CONTRATADA, que deverá indicar na Nota Fiscal eletrônica o banco, nº da conta corrente e agência com a qual opera;

3 – Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATADA:

- 1 – Entregar à CONTRATANTE o anteprojeto, o projeto básico e executivo, devidamente registrados na entidade profissional competente e assinados pelo profissional responsável, que permitam a a licitação para contratação da execução das obras, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual período;
- 2 – Os projetos deverão ser aprovados pela CONTRATANTE;
- 3 – Os projetos deverão indicar todos os elementos necessários à realização da obra. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:
 - a) – Representação gráfica, em escala adequada com plantas baixas, cortes e vistas necessários à completa compreensão dos serviços a serem executados e materiais empregados na obra civil bem como todos os detalhes construtivos necessários;
 - b) – Memorial descritivo com as especificações técnicas de todos os serviços equipamentos e instalações, que deverão ser executados, bem como relatórios técnicos e memoriais de cálculos que forem necessários;
 - c) – Orçamento detalhado com cronograma físico-financeiro para licitação da execução da obra, incluindo planilha de composição do BDI com indicação dos índices, assinado por profissional habilitado e com o registro no órgão técnico competente – ART do CREA-GO e RRT do CAU. O orçamento deverá atender o Acórdão 2.622/13 do TCU (BDI);
 - d) - Composição de todos os custos unitários da planilha, com indicação do item de referência utilizado para cada serviço;
- 4 – Os produtos a serem entregues em cada etapa são:
 - a) - Anteprojeto:
 - 1 - Orçamento estimativo;
 - 2 - Pranchas de desenho com os detalhes iniciais do projeto (partido adotado), apenas uma cópia;
 - 3 - Relatório com os materiais e equipamentos a serem adotados, com custos.
 - b) - Projeto Básico:
 - 1 - Orçamento detalhado em nível de projeto básico (Art. 6a da Lei no8.666/93);
 - 2 - Pranchas de desenho com os detalhes do projeto;
 - 3 - Composição dos custo unitários (CCU) de todos os itens de serviços;
 - 4 - Composição das taxas de BDI (edificação e equipamentos);
 - 5 - Caderno de especificações técnicas;
 - c) - Projeto Executivo:
 - 1 - Orçamento detalhado em nível de projeto executivo;
 - 2 - Pranchas de desenho com os detalhes do projeto (02 cópias);
 - 3 - Detalhes nas pranchas de desenho do desenvolvimento dos projetos básicos;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

- 4 - Composição dos custo unitários (CCU) de todos os itens de serviços;
- 5 - Composição das taxas de BDI (edificação e equipamento);
- 6 - Caderno de especificações técnicas;
- 7 - ART dos projetos;
- 8 - ART da planilha orçamentária.
- 9 - Acompanhar a execução do projeto executivo;
- 10 - Organizar, ao final da obra, o "Memorial da Obra", incluindo todos os desenhos "As Built", memoriais descritivos, relatórios, testes, laudos, inspeções, balanceamento dos sistemas, catálogos de equipamentos, manuais de operação e manutenção;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- 1 – Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA;
- 2 – Designar servidor como gestor do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como realizar a aceitação do serviço;
- 3 – Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o contrato, notificando a CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação de serviço, fixando prazo para a sua substituição, com ônus total à CONTRATADA;
- 4 – Fornecer a qualquer tempo e com máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais a fim de dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1 – A prestação dos serviço objeto deste contrato serão executados, conforme o cronograma disponibilizado ao Contratante;
- 2 – A prestação do serviço deverá ser realizada conforme as exigências legais, caso não atendam as especificações estabelecidas, serão objeto de recusa formal, devendo ser refeita no prazo máximo de 10 dias úteis, sob pena de sofrer a aplicação das sanções previstas da Lei Federal 8.666/93;
- 3 – As despesas decorrentes da prestação do serviço correrá por conta da CONTRATADA;
- 4 – Por ocasião da entrega do serviço, a CONTRATADA deverá colher no respectivo comprovante: a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor da área competente responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 1 – O presente contrato terá vigência a contar da assinatura do contrato até 31/12/2019;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

- 2 – A execução do serviço será prestada no prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, o presente contrato, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração da Câmara:

PARÁGRAFO ÚNICO – As multas referidas nesta cláusula poderão ser descontadas no pagamento ou cobradas judicialmente.

- 1 – Advertência;
- 2 – Multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
- 3 – 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limita sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.
- 4 – 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.
- 5 – 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do contrato.
- 6 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;
- 7 – Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 – Os projetos para reforma, deverão ser desenvolvidos de forma que guardem sintonia entre si e tenham consistência material;
- 2 – Os projetos devem ser elaborados de acordo com as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em conformidade com as normas técnicas devidas;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

O Foro do presente Contrato é o da cidade de JATAÍ, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estar assim justos e acordados com tudo o que aqui foi expresso, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais necessários.

Jataí, 11 de março de 2019


CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
Contratante


L T SISTEMA E DESENVOLVIMENTO LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª Búgida S. Gonçalves

CPF: 032.288.621-00

2ª Guiana Paula C. Furquim

CPF: 873.757.451-53